

# **EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS VÍNCULOS FORMAIS DE TRABALHO NAS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2017**

**Evolution and Distribution of Formal Jobs in the Mesoregions of Santa Catarina State between 2001 and 2017**

Lauro Mattei

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil  
l.mattei@ufsc.br

Vicente Loeblein Heinen

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil  
vicenteheinen@gmail.com

Mateus Vítor Cassol Fronza

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil  
mateusvfronza@gmail.com

## **RESUMO**

Nesse estudo analisa-se a evolução dos vínculos formais de trabalho nas seis mesorregiões do estado de Santa Catarina entre 2001 e 2017. Para tanto, o estudo se baseia nos dados regionalizados da RAIS, a partir de sua composição por setor de atividade econômica, sexo e nível de remuneração dos trabalhadores. O período analisado foi dividido em duas fases, tendo em vista a ruptura observada em 2015, em razão da emergência da crise econômica, que surtiu efeitos diretos sobre o mercado de trabalho em todo o país. No período entre 2001 e 2014, observou-se que o emprego formal cresceu a taxas muito superiores às da força de trabalho ocupada, contribuindo de forma expressiva para a redução da informalidade. Esta situação se alterou drasticamente com a retração das atividades econômicas a partir de 2014. Neste novo cenário, as taxas de desemprego voltaram a crescer, particularmente entre 2015 e 2016. Após dois anos de ampliação do desemprego e de desestruturação do mercado formal de trabalho, os registros de 2017 indicaram uma retomada das contratações formais em Santa Catarina, com a geração de 37 mil vínculos formais de trabalho. No entanto, as vagas geradas ainda não foram suficientes para recuperar o estoque verificado antes da consolidação da crise. Essas mudanças se apresentaram de forma distinta nas seis mesorregiões, com flutuações mais expressivas particularmente nas áreas cuja estrutura do emprego está mais assentada nos setores industriais, como são os casos das mesorregiões Norte e Sul catarinenses. Já as regiões do Vale do Itajaí, Oeste e Grande Florianópolis foram as menos afetadas, continuando, por isso, como as responsáveis pelas maiores taxas de crescimento do emprego formal no estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia regional; Mercado de trabalho; Emprego formal.

## **ABSTRACT**

This study analyses the evolution of formal jobs in the six mesoregions in the Santa Catarina State between 2001 and 2017. In the beginning of the current century the formal job rates increased much higher than the active labor force rates. This situation had a huge contribution to reduce the informality in the labor market which has been expanded in the last decade of the 20th century. Therefore, Santa Catarina was situated with the higher formal job rates in the country regions. This situation changed drastically after the emergency of an economic crisis in 2014 because the contraction of economic activities has been affected the labor market in all country. In this new scenario, the unemployment rates started rising again, particularly between 2015 and 2016. After these years, Santa Catarina data's indicated a recovery of the formal job, with the creation of 37 thousand formal jobs. However, this increase was not sufficient to put the employment level at the same level verified before the consolidation of the national crisis in 2014. These changes have been presented different results in the six mesoregions, with more expressive fluctuations in the areas which the work structure relies on the industrial sectors, as in the case of the North and the South of Santa Catarina. In the other side,

we observed that Vale do Itajaí, Oeste and Grande Florianópolis Regions were less affected. Therefore, they are responsible for the higher rates in formal job in all Santa Catarina State.

**KEYWORDS:** Regional economics; Labor market; Formal employment.

**Classificação JEL:** J21; J23; J31

Recebido em: 07-10-2020. Aceito em: 02-06-2021.

# 1 INTRODUÇÃO

Em decorrência de sua formação histórico-econômica, Santa Catarina conta com um mercado de trabalho melhor estruturado, comparativamente ao agregado do Brasil, especialmente no que se refere aos índices de formalização do emprego. Essas condições atribuem características particulares ao mercado de trabalho estadual, todavia não o colocando fora da lógica da nova divisão internacional do trabalho decorrente do processo de reestruturação produtiva da economia global.

Os principais efeitos desse processo sobre o mercado de trabalho são, por um lado, o deslocamento do emprego do setor industrial para os setores do comércio e de serviços e, por outro lado, a degradação da legislação protetora do trabalho, aliado ao crescimento das modalidades informais de emprego (ANTUNES, 2018).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a evolução da distribuição espacial do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2017, partindo de sua divisão mesorregional. A hipótese que norteia este estudo é de que, em função da distribuição heterogênea da base produtiva estadual, a evolução recente do mercado de trabalho apresentou comportamentos distintos em cada uma das seis mesorregiões catarinenses.

Apesar da escassez de dados oficiais utilizáveis em análises regionalizadas do mercado de trabalho no Brasil, os registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados até recentemente pelo extinto Ministério do Trabalho (MTE), oferecem os aportes empíricos para este estudo, uma vez que possibilitam desagregar informações ao nível mesorregional. Sendo assim, o estudo foca sua análise no comportamento do mercado formal de trabalho, observando a relação inversa entre formalização do emprego e precarização do trabalho.

Para além desta breve introdução, o artigo está estruturado em mais três seções. Na primeira delas é apresentada uma contextualização geral da evolução recente do mercado formal de trabalho catarinense, com ênfase na participação das mesorregiões. Na segunda seção analisa-se a dinâmica do emprego formal em cada mesorregião do estado, a partir do volume e da distribuição relativa dos vínculos formais de trabalho, divididos por setor de atividade econômica, sexo e faixa de remuneração dos trabalhadores. Finalmente, na terceira seção são elencadas algumas conclusões do

estudo, com destaque para as principais tendências do emprego formal no âmbito regional.

## **2 DINÂMICA RECENTE DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA**

O Brasil evitou o aprofundamento do grau de desestruturação de seu mercado de trabalho a partir de 2003. De acordo com Baltar (2014), contribuíram para tanto a implementação de algumas políticas a nível nacional, como a lei geral da micro e pequena empresa e a recuperação no atendimento da demanda doméstica de crédito. Em compasso com a retomada do crescimento econômico com ênfase na dinamização do mercado interno, essas políticas permitiram uma expressiva expansão da formalização das relações de trabalho no país.

Todavia, com a emergência da crise econômica a partir de 2015, desfaz-se a conjuntura favorável que predominou no período anterior, com a retração das atividades econômicas surtindo efeitos diretos sobre o mercado de trabalho brasileiro. Com isso, de 2015 a 2017 as taxas de desemprego cresceram em praticamente todos os setores de atividade econômica, provocando uma violenta redução das ocupações formais do país (MATTEI; HEINEN, 2019).

À luz da dinâmica nacional, o estado de Santa Catarina também respondeu às flutuações do ciclo econômico, acompanhando-as com movimentos de estruturação e desestruturação de seu mercado de trabalho. Esses movimentos podem ser observados a partir dos dados da Tabela 1, que apresenta a evolução do estoque de Vínculos Formais de Trabalho (VFT) entre 2001 e 2017, no Brasil e em Santa Catarina.

Inicialmente verifica-se que, tanto no âmbito nacional, quanto na esfera estadual, a série 2001-2017 representa um período ambíguo, de modo que suas taxas de crescimento (4,32% ao ano em Santa Catarina e 3,86% no Brasil) indicam apenas que, em média, a expansão do emprego formal foi mais intensa no estado catarinense. Nesse sentido, nota-se que o estoque de empregos formais de Santa Catarina praticamente dobrou entre 2001 e 2014, elevando-se de 1.155.712, para 2.273.933 VFT entre o primeiro e o último ano da série, respectivamente.

A emergência da crise econômica, todavia, atingiu fortemente os indicadores do mercado de trabalho catarinense, que sofreu uma perda de 106 mil VFT somente no

biênio 2015-2016, sem falar na retração da renda e da aceleração da precarização do emprego.

Após dois anos de ampliação do desemprego e desestruturação do mercado formal de trabalho, os registros de 2017 para Santa Catarina indicaram uma retomada das contratações formais, com a geração de 37.815 VFT. De uma maneira geral, no entanto, pode-se afirmar que essa recuperação é incipiente, uma vez que o nível do estoque do emprego formal atingido em 2017 ainda é inferior àquele verificado em 2014, além de que esse aumento ocorreu a uma taxa inferior à do crescimento da força de trabalho.

Tabela 1 – Evolução do estoque de VFT (Santa Catarina e Brasil, 2001-2017)

	<i>Santa Catarina</i>	<i>Brasil</i>
<b>2001</b>	1.155.712	27.189.614
<b>2002</b>	1.235.612	28.683.913
<b>2003</b>	1.292.407	29.544.927
<b>2004</b>	1.406.247	31.407.576
<b>2005</b>	1.486.969	33.238.617
<b>2006</b>	1.598.454	35.155.249
<b>2007</b>	1.697.800	37.607.430
<b>2008</b>	1.777.604	39.441.566
<b>2009</b>	1.838.334	41.207.546
<b>2010</b>	1.969.654	44.068.355
<b>2011</b>	2.061.577	46.310.631
<b>2012</b>	2.103.002	47.458.712
<b>2013</b>	2.210.927	48.948.433
<b>2014</b>	2.273.933	49.571.510
<b>2015</b>	2.214.292	48.060.807
<b>2016</b>	2.167.923	46.060.198
<b>2017</b>	2.205.738	46.281.590
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<b>4,32</b>	<b>3,86</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta a distribuição espacial do estoque de VFT pelas mesorregiões do estado. Ao longo de todo o período analisado observou-se uma tendência de concentração dos VFT nas regiões com melhor desempenho econômico. Esse movimento se manifestou no caso do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis, que apresentaram o maior crescimento tanto no que tange à participação na produção estadual no início do século XXI (MATTEI; RODOLFO; TEIXEIRA, 2012), quanto na geração de empregos formais entre 2001 e 2014. Concentrando a maior parte dos setores de serviços, comércio e construção civil do estado, o Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis foram as duas únicas mesorregiões cujos estoques de VFT foram ampliados

(5,71% e 5,65% ao ano, respectivamente) em ritmo superior à média estadual (5,3% ao ano).

Apesar de sua taxa anual de crescimento de 4,87%, a mesorregião Norte Catarinense apresentou a pior perda relativa no período 2001-2014, com retração de 0,85% de participação no total dos VFT catarinenses. Essa redução pode estar associada ao processo de reorganização econômica do início do século XXI, que levou a uma desaceleração do setor manufatureiro da região. Já as mesorregiões Oeste e o Sul Catarinenses, ambos com taxa de crescimento de 5,25% ao ano, acompanharam o crescimento médio estadual, sem apresentar grandes modificações em suas estruturas produtivas até o ano de 2014. Em função dos entraves históricos ao seu desenvolvimento (MIOTO, 2011), a região Serrana foi a que apresentou a menor taxa de crescimento em seu estoque de VFT, ampliado 3,71% ao ano.

Tabela 2 – Distribuição do estoque de VFT por mesorregião (Santa Catarina, anos selecionados)

		Oeste Catarinense	Norte Catarinense	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul Catarinense	Total
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	189.890	230.314	59.222	288.482	241.749	146.055	<b>1.155.712</b>
	<i>Rel. (%)</i>	16,43	19,93	5,12	24,96	20,92	12,64	<b>100</b>
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	379.546	433.857	100.355	585.113	495.392	279.670	<b>2.273.933</b>
	<i>Rel. (%)</i>	16,69	19,08	4,41	25,73	21,79	12,3	<b>100</b>
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	373.610	417.075	99.777	569.425	480.373	274.032	<b>2.214.292</b>
	<i>Rel. (%)</i>	16,87	18,84	4,51	25,72	21,69	12,38	<b>100</b>
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	366.115	401.605	96.309	558.044	477.897	267.953	<b>2.167.923</b>
	<i>Rel. (%)</i>	16,89	18,52	4,44	25,74	22,04	12,36	<b>100</b>
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	374.148	414.191	98.254	572.188	477.123	269.834	<b>2.205.738</b>
	<i>Rel. (%)</i>	16,96	18,78	4,45	25,94	21,63	12,23	<b>100</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>5,25</b>	<b>4,87</b>	<b>3,71</b>	<b>5,71</b>	<b>5,65</b>	<b>5,25</b>	<b>5,3</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>-0,63</b>	<b>-1,77</b>	<b>-0,99</b>	<b>-0,87</b>	<b>-1,18</b>	<b>-1,30</b>	<b>-1,13</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Após 2014, todavia, ocorreram algumas mudanças nas tendências de distribuição espacial do mercado formal de trabalho catarinense. O Oeste Catarinense e o Vale do Itajaí, tendo sido poucas afetadas pela crise, apresentaram o melhor saldo de participação entre 2014 e 2017, uma vez que suas taxas de crescimento (-0,63% e -0,87% ao ano, respectivamente) não foram tão negativas quanto a da média estadual (-1,13% ao ano).

O Norte Catarinense foi a mesorregião que mais perdeu em participação com a crise econômica. Tendo encerrado 32 mil VFT somente entre 2015 e 2016, a região acumulou taxa de crescimento negativa da ordem de 1,77% no período 2014-2017. Situação semelhante ocorreu na mesorregião Sul Catarinense, que apresentou a segunda menor

taxa de crescimento anual negativa (-1,3%) a partir de 2015. Revertendo a trajetória anterior, verifica-se uma desaceleração da geração de empregos na Grande Florianópolis, cujo estoque de VFT varia -1,18% ao ano entre 2014 e 2017, período em que o crescimento da região Serrana, por fim, dá-se à taxa anual de -0,99%.

Resultado dessa dinâmica, em 2017 o Vale do Itajaí concentrava a maior parcela dos VFT do estado (25,94%), seguida pela Grande Florianópolis (21,63%), Norte (18,78%), Oeste (16,96%), Sul (12,23%) e Serrana (4,45%).

### 3 EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE VÍNCULOS FORMAIS DE TRABALHO NAS MESORREGIÕES CATARINENSES ENTRE 2001 E 2017

#### 3.1 Mesorregião do Vale do Itajaí

Com o deslocamento do eixo de suas atividades econômicas, o Vale do Itajaí tem se apresentado como um dos principais polos dinamizadores da economia catarinense desde o início do século XXI. Com isso, a região apresenta um grande bônus demográfico, que tende a ser incorporado no estoque de empregos formais (CRAICE; PEZZO, 2015).

Desde a abertura econômica da década de 1990 observa-se no Vale do Itajaí uma ampla desestruturação do emprego na indústria têxtil, que deu cabo a um grande contingente de postos formais de trabalho (MATTEI; LINS, 2010). Em consequência dessa contração nota-se uma perda contínua da participação da indústria de transformação no agregado regional, a qual concentrava 42,42% de seus VFT em 2001, passando para 34,74% em 2017. Registre-se que o crescimento do estoque de VFT da indústria de transformação situou-se em um patamar inferior à média regional ao longo de toda a série, porém com menor crescimento no biênio 2015-2016, conforme observa-se na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição dos VFT por setor de atividade econômica (Vale do Itajaí, anos selecionados)

		<i>Extrativa mineral</i>	<i>Indústria de transf.</i>	<i>SIUP</i>	<i>Construção Civil</i>	<i>Comércio</i>	<i>Serviços</i>	<i>Adm. Pública</i>	<i>Agropecuária, extração...</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	781	122.370	2.323	7.958	54.445	73.927	22.536	4.142	288.482
	<i>Rel. (%)</i>	0,27	42,42	0,81	2,76	18,87	25,63	7,81	1,44	100
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	1.277	215.146	3.533	29.241	125.110	160.259	45.195	5.352	585.113
	<i>Rel. (%)</i>	0,22	36,77	0,6	5	21,38	27,39	7,72	0,91	100
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	1.187	200.936	3.527	26.764	121.300	163.386	47.128	5.197	569.425
	<i>Rel. (%)</i>	0,21	35,29	0,62	4,7	21,3	28,69	8,28	0,91	100
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	1.061	196.497	3.511	23.286	118.965	162.352	47.389	4.983	558.044

	<i>Rel. (%)</i>	0,19	35,21	0,63	4,17	21,32	29,09	8,49	0,89	100
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	984	198.763	3.733	23.259	122.152	169.025	49.075	5.197	572.188
	<i>Rel. (%)</i>	0,17	34,74	0,65	4,06	21,35	29,54	8,58	0,91	100
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>4,18</b>	<b>4,67</b>	<b>3,23</b>	<b>12,18</b>	<b>6,68</b>	<b>6,19</b>	<b>4,75</b>	<b>1,34</b>	<b>5,71</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>-8,94</b>	<b>-2,6</b>	<b>1,61</b>	<b>-8,26</b>	<b>-0,91</b>	<b>1,53</b>	<b>2,53</b>	<b>-1,3</b>	<b>-0,87</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

As dinâmicas desses três setores, por sinal, também são preponderantes para explicar o movimento ambíguo observado após a crise nesta mesorregião. Em um lado da balança, o fim dos incentivos à construção civil (particularmente os provenientes do governo federal) fizeram com que esse setor encerrasse cerca de 6 mil VFT a partir de 2015, caindo à taxa de -8,26% ao ano. Em situação intermediária, o comércio apresenta uma leve retração (-0,91% ao ano) entre 2014 e 2017, mas mantém sua participação praticamente constante ao longo desse período. Do outro lado, os serviços seguem ampliando seu estoque de empregos formais, com a geração de 8,7 mil VFT até 2017, ano em que chegou a concentrar 29,5% de todos os VFT da região.

Caracterizada por maior estabilidade no emprego, a administração pública teve sua trajetória pouco alterada ao longo de toda a série. Seu estoque de VFT ampliou-se 4,75% ao ano antes, e 2,53% ao ano após 2014, o que significou um ganho de 0,77% em participação no agregado entre 2001 e 2014. A mesma lógica pode ser atribuída aos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), cuja taxa de crescimento permaneceu positiva mesmo após a crise, oscilando de 3,23% (2001-2014) para 1,61% ao ano (2014-2017), embora este setor tenha perdido em participação no primeiro período.

O setor que engloba a agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (abreviado a partir daqui apenas como “agropecuária”) agrega ocupações tradicionais, raramente formalizadas, ao que se deve tanto seu baixo índice de participação no total dos VFT (somente 0,91% em 2017), quanto suas módicas taxas de crescimento em todo o período (1,34% e -1,3%, com inversão no marco de 2014). Completando este quadro setorial, a extrativa mineral demonstra continuar pouco expressiva na região, perdendo continuamente em participação no agregado.

Com a expansão do emprego localizada especialmente nos setores de comércio e serviços, houve uma contínua ampliação da participação feminina no estoque de VFT da região entre 2001 a 2016, em uma dinâmica que sequer foi afetada pela crise, visto que os VFT encerrados em 2015 e em 2016 eram sobremaneira masculinos (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição dos VFT por sexo (Vale do Itajaí, anos selecionados)

		<i>Masculino</i>	<i>% Masc.</i>	<i>Feminino</i>	<i>% Femin.</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>		168.197	58,3	120.285	41,7	<b>288.482</b>
<b>2014</b>		319.682	54,64	265.431	45,36	<b>585.113</b>
<b>2015</b>		307.685	54,03	261.740	45,97	<b>569.425</b>
<b>2016</b>		298.895	53,56	259.149	46,44	<b>558.044</b>
<b>2017</b>		307.082	53,67	265.106	46,33	<b>572.188</b>
<b>Taxa</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>5,15</b>	-	<b>6,42</b>	-	<b>5,71</b>
<b>a.a. (%)</b>	<i>(2014-2017)</i>	<b>-1,5</b>	-	<b>-0,14</b>	-	<b>-0,87</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

A desigualdade entre os sexos só volta a crescer, pois, em 2017, guiada pelo mau desempenho de subsetores que costumam ocupar mão-de-obra feminina, em especial o comércio varejista e a indústria têxtil. De toda forma, a proporção feminina dos VFT – que em 2001 era de 41,7% – se estabelece em 46,33% no último ano da série, diante da participação de 53,67% representada pelos VFT masculinos.

A Tabela 5 demonstra como essa dinâmica se expressa na evolução da renda dos trabalhadores, captada a partir das faixas de remuneração média dos VFT. Ao longo de toda a série, estruturou-se uma tendência de concentração dos VFT nas faixas de menor remuneração, em especial na dos trabalhadores que recebem de 1,01 a 2 Salários-Mínimos (SM), cuja participação saltou de 34,85% em 2001, para 49,7% em 2017, crescendo à taxa anual de 7,58% até 2014 e mantendo a expansão de seu estoque de VFT mesmo entre 2014 e 2017 (1,68% ao ano). No mesmo sentido, também houve um incremento na participação das faixas que vão até 1 SM, que continuaram gerando VFT mesmo durante o período de maior incidência da crise.

Tabela 5 – Distribuição dos VFT por faixa de remuneração (Vale do Itajaí, anos selecionados)

		<i>Até 0,5 SM</i>	<i>0,5 a 1 SM</i>	<i>1,01 a 2 SM</i>	<i>2,01 a 3 SM</i>	<i>3,01 a 5 SM</i>	<i>5,01 a 10 SM</i>	<i>10,01 a 20 SM</i>	<i>Mais de 20 SM</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	304	5.943	100.315	87.880	54.113	27.986	7.938	3.394	<b>287.873</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,11	2,06	34,85	30,53	18,8	9,72	2,76	1,18	<b>100</b>
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	1.208	13.286	264.643	155.410	87.732	35.711	8.452	1.719	<b>568.161</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,21	2,34	46,58	27,35	15,44	6,29	1,49	0,3	<b>100</b>
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	1.157	13.234	254.190	152.482	85.673	34.994	8.283	1.737	<b>551.750</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,21	2,4	46,07	27,64	15,53	6,34	1,5	0,31	<b>100</b>
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	1.232	14.136	264.200	142.377	78.527	31.710	7.535	1.332	<b>541.049</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,23	2,61	48,83	26,31	14,51	5,86	1,39	0,25	<b>100</b>
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	1.456	14.795	276.300	142.714	78.586	32.738	7.983	1.351	<b>555.923</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,26	2,66	49,7	25,67	14,14	5,89	1,44	0,24	<b>100</b>
<b>Taxa a.a.</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>9,11</b>	<b>6,31</b>	<b>7,58</b>	<b>4,55</b>	<b>3,78</b>	<b>1,69</b>	<b>-0,16</b>	<b>-6,29</b>	<b>5,71</b>
<b>(%)</b>	<i>(2014-2017)</i>	<b>6,23</b>	<b>3,89</b>	<b>1,68</b>	<b>-3,24</b>	<b>-4,17</b>	<b>-3,59</b>	<b>-2,66</b>	<b>-9,88</b>	<b>-0,87</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Nota: Dados da tabela desconsideram vínculos cujas faixas de renda não foram declaradas na RAIS.

No sentido oposto, o cenário mais grave se verificou nas faixas que vão de 2 a 5 SM, com grande perda relativa em todo o período. A participação do interregno entre 2,01 e 3 SM já variava, em média, -0,24%, e do intervalo entre 3,01 a 5 SM, -0,26% a cada ano do período 2001-2014. Já para o corte 2014-2017, esse mesmo cálculo resultou nas taxas de -0,56% ao ano para as remunerações de 2,01 a 3 SM, e -0,43% ao ano para as que vão de 3,01 a 5 SM. Em termos absolutos, essas duas faixas somadas representaram o encerramento de 21,8 mil VFT desde 2015.

Para as faixas de renda acima de 5 SM, por fim, a tendência geral foi uma constante perda de participação até 2016, com leve retomada em 2017, quando todas essas faixas voltaram a ampliar seus respectivos estoques de VFT.

### **3.2 Mesorregião da Grande Florianópolis**

A Grande Florianópolis apresenta uma conformação setorial bastante distinta das demais mesorregiões catarinenses. Ostentando a capital e a maior taxa de urbanização do estado, a região conta com um desenvolvido setor de serviços e expressiva construção civil, além de concentrar grande parte da administração pública estadual.

Dada essa estrutura produtiva, os dados da Tabela 6 demonstram que o principal responsável pelo volumoso saldo de empregos formais da Grande Florianópolis de 2001 a 2014 foram serviços, cuja taxa de crescimento (7,98% ao ano) foi a maior dentre os setores da região nesse período, o que representou uma ampliação de sua participação no total de VFT em notáveis 10,8%. Puxado sobretudo pelas atividades de alojamento e alimentação, tecnologia da informação e comunicação, ensino e administração técnica, aliás, o desempenho desse setor na Grande Florianópolis foi o melhor do estado até 2014, ano em que a região chegou a concentrar aproximadamente um terço de todos os empregos formais em serviços de Santa Catarina.

Se é certo que o setor de serviços foi o principal responsável pelo crescimento do estoque de VFT da região acima da média estadual até 2014, o mesmo pode ser dito sobre sua estagnação a partir de 2015. Com o encerramento de 3,7 mil VFT somente no subsetor de alojamento e alimentação, o setor de serviços contraiu-se com a crise, diminuindo seu estoque de VFT à taxa de -1,21% ao ano no período 2014-2017, o que só

não representou perda de participação no agregado devido à retração conjunta dos demais setores.

Tabela 6 – Distribuição dos VFT por setor de atividade econômica (Grande Florianópolis, anos selecionados)

		<i>Extrativa mineral</i>	<i>Indústria de transf.</i>	<i>SIUP</i>	<i>Construção Civil</i>	<i>Comércio</i>	<i>Serviços</i>	<i>Adm. Pública</i>	<i>Agropecuária, extração...</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	437	20.906	4.806	10.655	37.731	81.490	82.802	2.922	<b>241.749</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,18	8,65	1,99	4,41	15,61	33,71	34,25	1,21	<b>100</b>
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	634	44.809	6.108	27.337	88.306	220.412	105.109	2.677	<b>495.392</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,13	9,05	1,23	5,52	17,83	44,49	21,22	0,54	<b>100</b>
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	737	42.526	6.229	24.162	87.128	220.355	96.414	2.822	<b>480.373</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,15	8,85	1,3	5,03	18,14	45,87	20,07	0,59	<b>100</b>
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	551	41.413	6.216	20.438	88.017	214.464	104.218	2.580	<b>480.373</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,11	8,62	1,29	4,25	18,32	44,65	21,7	0,54	<b>100</b>
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	466	44.575	6.181	20.091	87.529	213.641	103.415	1.225	<b>477.123</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,1	9,34	1,3	4,21	18,35	44,78	21,67	0,26	<b>100</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>3,82</b>	<b>6,24</b>	<b>3,27</b>	<b>7,57</b>	<b>6,91</b>	<b>7,98</b>	<b>1,4</b>	<b>-2,35</b>	<b>5,65</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>-12,14</b>	<b>-0,42</b>	<b>0,34</b>	<b>-10,91</b>	<b>-0,16</b>	<b>-1,21</b>	<b>0,29</b>	<b>-24,35</b>	<b>-1,13</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Conduzido pelo desempenho de seu subsetor varejista, o comércio registrou o segundo maior crescimento relativo dentre os setores da Grande Florianópolis ao longo da série, elevando sua participação na composição setorial de 15,61% em 2001, para 18,35% em 2017. No último ano da série, por consequência, as participações dos setores de serviços e comércio somadas já representavam  $\frac{2}{3}$  de todos os VFT da região.

Com o crescimento suntuoso desses setores, há o efeito indireto da perda de expressividade da administração pública, que cresceu a taxas módicas em todo o período (1,4% ao ano até 2014 e 0,29% deste ano até 2017). Mesmo tendo perdido 12,6% em participação ao longo da série, contudo é manifesta a grande importância da administração pública para a estrutura do emprego formal da região, visto que o setor ainda concentrava 21,67% dos VFT da região em 2017.

Outro setor importante para a dinâmica do emprego formal da Grande Florianópolis foi a construção civil, que passou por altos e baixos desde o início do século. No corte 2001-2014 o setor apresentou o segundo maior crescimento médio anual (7,57%) da região, ampliando sua participação no estoque de VFT de 4,41% para 5,52%. Praticamente toda essa evolução relativa, no entanto, ruiu com a crise do setor imobiliário, de modo que o setor encerrou aproximadamente 7 mil VFT somente em 2015 e 2016, variando seu estoque na ordem de -10,91% ao ano no período 2014-2017.

Dentre as mesorregiões catarinenses, a Grande Florianópolis é a que emprega menor parcela de sua população na indústria. Sem sofrer tanto com os impactos

negativos da reestruturação produtiva sob o setor manufatureiro, portanto, essa foi a única região do estado a ampliar a participação da indústria de transformação no estoque de VFT ao longo do período analisado. Liderado pelo crescimento das indústrias de calçados, de alimentos e bebidas e elétrica e de comunicação, o estoque de VFT do setor cresceu 6,24% ao ano entre 2001 e 2014, e sofreu exígua retração (-0,42% ao ano) até 2017, ano em que representou 9,34% dos VFT da região.

Ainda que com baixa participação no agregado do emprego formal, a região também concentra a maior parte dos SIUP do estado. O crescimento do estoque de VFT desse setor, por sua vez, se deu na ordem dos 3,27% ao ano de 2001 a 2014, tendo crescido também após esse período, embora à taxa anual de 1,61%. Com isso, em 2017 os SIUP abrangiam 0,65% do agregado. Os dois setores menos expressivos na estrutura do emprego formal da mesorregião, por fim, são a extrativa mineral e a agropecuária que, somados, representavam apenas 0,31% do total dos VFT em 2017.

Quanto à distribuição dos VFT por sexo, tem-se que a Grande Florianópolis é a região do estado com maior participação feminina ao longo de toda a série, a qual foi de 42,52% em 2001, e 47,16% em 2017, conforme demonstra a Tabela 7. A desigualdade entre os sexos na proporção do emprego formal caiu continua e consistentemente até 2014, mas voltou a aumentar após 2015, com a demissão de grande contingente de trabalhadoras. Com o fechamento de 1.656 VFT ocupados por mulheres somente em 2017, a Grande Florianópolis apresentou a maior perda dentre as mesorregiões do estado quanto à participação feminina após a crise, para o que contribuiu decisivamente o mau desempenho do comércio varejista e das atividades de alojamento e alimentação.

Tabela 7 – Distribuição dos VFT por sexo (Grande Florianópolis, anos selecionados)

		<i>Masculino</i>	<i>% Masc.</i>	<i>Feminino</i>	<i>% Femin.</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>		138.958	57,48	102.791	42,52	<b>241.749</b>
<b>2014</b>		259.332	52,35	236.060	47,65	<b>495.392</b>
<b>2015</b>		253.034	52,67	227.339	47,33	<b>480.373</b>
<b>2016</b>		251.209	52,57	226.688	47,43	<b>477.897</b>
<b>2017</b>		252.091	52,84	225.032	47,16	<b>477.123</b>
<b>Taxa a.a.</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>4,95</b>	-	<b>6,51</b>	-	<b>5,65</b>
<b>(%)</b>	<i>(2014-2017)</i>	<b>-0,92</b>	-	<b>-1,46</b>	-	<b>-1,18</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

No que tange à evolução da distribuição do emprego formal por renda (Tabela 8), chama a atenção a alta concentração de empregos formais nas maiores faixas de

remuneração na região. No início da série, por exemplo, a proporção dos VFT que recebiam mais de 5 SM na Grande Florianópolis era de 28,9%, enquanto na média do estado era de apenas 17,1%.

Com crescimento abaixo da média em todo o período (3,3% até 2014 e -2,47 ao ano até 2017), a faixa de remuneração entre 2,01 e 3 SM deixou de ser a principal concentradora dos VFT da região ao longo da série, perdendo espaço sobretudo para a faixa de 1,01 e 2 SM, cuja participação passou de 21,9% em 2001, para 39,8% em 2017.

A faixa que mais perdeu em termos relativos foi a dos VFT remunerados com de 3,01 a 5 SM, o que se deve ao comportamento dessa faixa entre 2001 e 2016, intervalo em que sua participação no agregado retraiu-se 7,7%. A exceção, no entanto, foi o último ano da série, quando sua participação faixa voltou a subir, passando a abranger 14,85% dos VFT da Grande Florianópolis em 2017 (maior proporção dentre as mesorregiões do estado).

Tabela 8 – Distribuição dos VFT por faixa de remuneração (Grande Florianópolis, anos selecionados)

		Até 0,5 SM	0,5 a 1 SM	1,01 a 2 SM	2,01 a 3 SM	3,01 a 5 SM	5,01 a 10 SM	10,01 a 20 SM	Mais de 20 SM	Total
<b>2001</b>	Abs.	293	4.423	52.769	60.394	53.657	42.245	18.259	9.263	<b>241.303</b>
	Rel. (%)	0,12	1,83	21,87	25,03	22,24	17,51	7,57	3,84	<b>100</b>
<b>2014</b>	Abs.	1.124	15.436	190.924	103.464	74.811	62.881	25.847	8.955	<b>483.442</b>
	Rel. (%)	0,23	3,19	39,49	21,4	15,47	13,01	5,35	1,85	<b>100</b>
<b>2015</b>	Abs.	1.030	13.940	183.542	100.708	68.549	65.523	25.161	9.256	<b>467.709</b>
	Rel. (%)	0,22	2,98	39,24	21,53	14,66	14,01	5,38	1,98	<b>100</b>
<b>2016</b>	Abs.	1.165	14.416	185.536	96.835	67.753	65.682	26.221	8.304	<b>465.912</b>
	Rel. (%)	0,25	3,09	39,82	20,78	14,54	14,1	5,63	1,78	<b>100</b>
<b>2017</b>	Abs.	1.198	15.689	185.308	96.526	69.210	64.349	25.612	8.089	<b>465.981</b>
	Rel. (%)	0,26	3,37	39,77	20,71	14,85	13,81	5,5	1,74	<b>100</b>
<b>Taxa</b>	(2001-2014)	<b>9,87</b>	<b>10,46</b>	<b>10,28</b>	<b>3,3</b>	<b>2,9</b>	<b>2,32</b>	<b>2,64</b>	<b>-0,83</b>	<b>5,65</b>
<b>a.a. (%)</b>	(2014-2017)	<b>3,14</b>	<b>0,82</b>	<b>-0,79</b>	<b>-2,47</b>	<b>-2,45</b>	<b>0,72</b>	<b>0,14</b>	<b>-4,14</b>	<b>-1,18</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Nota: Dados da tabela desconsideram vínculos cujas faixas de renda não foram declaradas na RAIS.

De modo complementar, as faixas que vão de 5,01 a 20 SM também perderam em participação de 2001 a 2014 (-3,4% de 5,01 a 10 SM, e -1,3% de 10,01 a 20 SM), mas foram menos afetadas pela crise, visto que prosseguiram com saldos positivos na geração de VFT mesmo de 2014 a 2016, período em que a faixa entre 5,01 e 10 SM, por sinal, ganhou 1,1% em participação. Como essas duas faixas somadas representaram uma retração de cerca de 2 mil VFT em 2017, houve um deslocamento do emprego para

faixas de rendas menores, de modo que a rotatividade da força de trabalho pode ser o fator que explica o crescimento de VFT na faixa de 3,01 a 5 SM nesse mesmo ano.

Completando a tendência de retração do nível das remunerações, registra-se ainda que a Grande Florianópolis foi a região do estado onde os postos de trabalho que recebem até 1 SM mais ampliaram sua participação no total dos VFT, o que já era visível em todo o período 2001-2014 (dadas as taxas de crescimento de 9,87% e 10,46% ao ano das duas menores faixas de remuneração, nesta ordem), mas intensificou-se em 2017, ano em que o saldo de empregos formais no conjunto da região foi de apenas 69 VFT, mas a faixa entre 0,5 e 1 SM gerou 1,3 mil VFT.

### 3.3 Mesorregião do Norte Catarinense

Com expressão internacional na indústria eletro-metal-mecânico e histórica estruturação em torno dos ramos têxtil e moveleiro, o Norte Catarinense é a região com maior concentração do emprego na indústria, chegando a abranger aproximadamente ¼ de todos os VFT da indústria de transformação de Santa Catarina (Tabela 9).

Em que pese a continuidade da desconcentração da indústria têxtil, a principal causa da baixa taxa de crescimento (3,8% ao ano) registrada na indústria de transformação da região entre 2001 e 2014 foi a crise do segmento moveleiro, que representava cerca de 10% de todos os VFT do Norte Catarinense no início da série, mas só metade disso em 2014. Com efeito, a participação da indústria de transformação nos VFT do Norte caiu de 47,47% em 2001, para 41,02% em 2014.

Tabela 9 – Distribuição dos VFT por setor de atividade econômica (Norte Catarinense, anos selecionados)

		<i>Extrativa mineral</i>	<i>Indústria de transf.</i>	<i>SIUP</i>	<i>Construção Civil</i>	<i>Comércio</i>	<i>Serviços</i>	<i>Adm. Pública</i>	<i>Agropecuária, extração...</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	360	109.328	1.471	5.423	34.163	59.359	16.819	3.391	230.314
	<i>Rel. (%)</i>	0,16	47,47	0,64	2,35	14,83	25,77	7,3	1,47	100
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	1.042	177.972	3.492	14.090	79.190	118.742	32.822	6.507	433.857
	<i>Rel. (%)</i>	0,24	41,02	0,80	3,25	18,25	27,37	7,57	1,50	100
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	896	163.625	3.500	13.663	76.846	118.795	33.375	6.375	417.075
	<i>Rel. (%)</i>	0,21	39,23	0,84	3,28	18,42	28,48	8	1,53	100
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	1.181	155.735	3.418	12.476	75.460	115.507	31.516	6.312	401.605
	<i>Rel. (%)</i>	0,29	38,78	0,85	3,11	18,79	28,76	7,85	1,57	100
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	1.084	162.115	3.217	12.586	77.441	119.985	32.796	4.967	414.191
	<i>Rel. (%)</i>	0,26	39,14	0,78	3,04	18,7	28,97	7,92	1,20	100
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>8,93</b>	<b>3,8</b>	<b>7,1</b>	<b>9,67</b>	<b>6,6</b>	<b>4,97</b>	<b>5,18</b>	<b>4,56</b>	<b>4,87</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>3,95</b>	<b>-3,29</b>	<b>-2,7</b>	<b>-4,3</b>	<b>-0,85</b>	<b>0,03</b>	<b>-0,6</b>	<b>-8,2</b>	<b>-1,77</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

No que diz respeito ao período de maior incidência da crise, não há dúvidas de que a indústria de transformação do Norte foi a mais afetada dentre todos os setores do estado. Somando os saldos de 2015 e de 2016, a região computou o fechamento de cerca de 22 mil VFT, distribuídos principalmente nas indústrias mecânica (-5,4 mil VFT), química (-4,4 mil VFT) e têxtil (-4,2 mil VFT). Dando a dimensão da crise, o setor perdeu 2,24% em participação no agregado somente nesses dois anos. O cenário de salários reduzidos, todavia, permitiu a recuperação do setor, que em 2017 ampliou seu estoque de empregos formais em 6.380 VFT, puxado sobremaneira pela indústria elétrica e de comunicação (3,3 mil VFT), além da indústria química (1,7 mil VFT).

Os setores de comércio e serviços, a seu tempo, ampliaram suas participações no total dos VFT em 3,87% e 3,2%, respectivamente, entre 2001 e 2017. Com desempenho destacado no setor de alojamento e alimentação, aliás, os serviços foram responsáveis pela geração de 4,5 mil VFT em 2017, demonstrando uma forte recuperação do setor, que elevou sua fração na distribuição setorial dos VFT para 29% no último ano da série.

Em função da participação da administração pública no total dos VFT ser menos expressiva no Norte do que é no resto do estado, o setor apresentou crescimento (5,18% ao ano) acima da média regional até 2014. A partir desse ano, porém, seu estoque de empregos formais passou a variar -0,6% ao ano, chegando a 2017 como 7,92% do agregado regional. Esse comportamento, diga-se de passagem, é semelhante ao dos SIUP, cujos VTF ampliaram-se à taxa anual de 7,1% até 2014, mas passaram a apresentar retração (-2,7% ao ano) no período posterior.

Embora não tenha sido tão determinante à dinâmica do emprego formal na região, a construção civil ganhou 1% em participação na distribuição setorial entre 2001 e 2014. Retraindo-se a partir dessa data, contudo, chegou a 2017 como apenas 3,04% do total.

No que concerne ao setor primário, tanto a agropecuária (4,56% ao ano), quanto a extração mineral (8,93% ao ano) tiveram bom desempenho na região até 2014, quando comparados com o agregado estadual. Entre 2014 a 2017, todavia, a extrativa mineral seguiu ampliando seu estoque de VFT (3,95% ao ano), enquanto o da agropecuária passou a decrescer na ordem dos 8,2% ao ano.

Adentrando à distribuição dos VFT por sexo (Tabela 10), registra-se que em 2001 o Norte Catarinense apresentava grande disparidade entre os sexos (a rigor, a segunda maior do estado), tendo apenas 34,69% de seus VFT ocupados por mulheres.

Com o deslocamento dos empregos de setores industriais que pouco ocupavam mão-de-obra feminina para os ramos de comércio e serviços, no entanto, essa

desigualdade foi retraída aceleradamente, de modo que em 2016 os postos de trabalho femininos já representavam 44,67% do total dos VFT.

A dinâmica inversa, portanto, também é o fator principal para explicar a retomada do crescimento da participação masculina em 2017, ano em que o estoque de VFT ocupados por homens aumentou em 7 mil vínculos. No último ano da série, com efeito, os homens representavam 55,35%, e as mulheres 44,65% dos VFT da região.

Tabela 10 – Distribuição dos VFT por sexo (Norte Catarinense, anos selecionados)

		<i>Masculino</i>	<i>% Masc.</i>	<i>Feminino</i>	<i>% Femin.</i>	<i>Total</i>
	<b>2001</b>	150.429	65,31	79.885	34,69	<b>230.314</b>
	<b>2014</b>	241.299	55,62	192.558	44,38	<b>433.857</b>
	<b>2015</b>	231.176	55,43	185.899	44,57	<b>417.075</b>
	<b>2016</b>	222.226	55,33	179.379	44,67	<b>401.605</b>
	<b>2017</b>	229.275	55,35	184.916	44,65	<b>414.191</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>3,6</b>	-	<b>6,79</b>	-	<b>4,87</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>-1,93</b>	-	<b>-1,57</b>	-	<b>-1,77</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Como a indústria é o setor que paga, em média, os melhores salários, a desindustrialização relativa do Norte também fez com que a concentração dos VFT nas menores faixas de remuneração fosse mais intensa nesta região do que foi no resto do estado. Isso é especialmente visível, a propósito, na faixa com salários de 3,01 a 5 SM, que perdeu 8,6% em participação somente entre 2001 e 2014, em consequência de sua ínfima taxa de crescimento (0,77% ao ano) nesse período (Tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição dos VFT por faixa de remuneração (Norte Catarinense, anos selecionados)

		<i>Até 0,5 SM</i>	<i>0,5 a 1 SM</i>	<i>1,01 a 2 SM</i>	<i>2,01 a 3 SM</i>	<i>3,01 a 5 SM</i>	<i>5,01 a 10 SM</i>	<i>10,01 a 20 SM</i>	<i>Mais de 20 SM</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	230	3.442	60.145	66.503	55.695	30.343	10.219	3.228	<b>229.805</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,10	1,50	26,17	28,94	24,24	13,20	4,45	1,40	<b>100</b>
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	905	9.946	188.524	111.252	66.287	35.306	8.570	1.825	<b>422.615</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,21	2,35	44,61	26,32	15,68	8,35	2,03	0,43	<b>100</b>
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	890	9.432	179.927	106.444	63.714	34.615	8.021	1.686	<b>404.729</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,22	2,33	44,46	26,30	15,74	8,55	1,98	0,42	<b>100</b>
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	937	9.891	184.082	98.483	57.480	30.600	6.685	1.322	<b>389.480</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,24	2,54	47,26	25,29	14,76	7,86	1,72	0,34	<b>100</b>
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	1.107	10.808	193.895	99.603	58.303	31.043	7.021	1.346	<b>403.126</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,27	2,68	48,10	24,71	14,46	7,70	1,74	0,33	<b>100</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>7,48</b>	<b>7,71</b>	<b>8,95</b>	<b>3,68</b>	<b>0,79</b>	<b>0,77</b>	<b>-2,31</b>	<b>-6,38</b>	<b>4,87</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>6,56</b>	<b>2,97</b>	<b>1,07</b>	<b>-4,1</b>	<b>-4,88</b>	<b>-5,09</b>	<b>-7,8</b>	<b>-11,57</b>	<b>-1,77</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Nota: Dados da tabela desconsideram vínculos cujas faixas de renda não foram declaradas na RAIS.

No mesmo sentido, também se tem observado uma ascendente perda de participação da faixa das remunerações entre de 2,01 a 3 SM. Em termos relativos, de 2001 a 2014 o estoque de VFT nesta faixa já decaía em média 0,2% ao ano (apesar do crescimento anual absoluto de 3,68%), tendo passado a perder 0,54% em participação a cada ano no período 2014-2017, com variação absoluta de -4,1% ao ano. Completando o quadro das faixas que perderam em participação, têm-se ainda um encolhimento de todas as frações com remunerações superiores a 5 SM, que representavam 13,65 dos VFT em 2001, mas apenas 7,5% em 2017.

Do lado das menores remunerações, ao revés, o Norte foi a mesorregião do estado que concentrou VFT na faixa entre 1,01 e 2 SM, intervalo que abrangia 34,85% dos VFT da região em 2001, e passou a abranger praticamente a metade dos empregos formais localizados no Norte Catarinense no último ano da série. O montante de VFT com contratos nessa faixa de remuneração cresceu 8,95% ao ano até 2014 e, apesar de sua forte retração em 2015, concentrou praticamente todos os VFT gerados em 2016 e 2017, com a incorporação de quase 14 mil VFT somente nesses dois anos.

Embora ainda pouco significativas à estrutura do emprego formal, as faixas de até 1 SM, por fim, também apresentam crescimento exponencial. A proporção de VFT ocupados nessas faixas somava meros 1,6% em 2001, mas 3% em 2017.

### **3.4 Mesorregião do Oeste Catarinense**

Sediando um forte complexo agroindustrial (em especial de carnes e grãos), o Oeste Catarinense tem se apresentado como uma das regiões economicamente mais dinâmicas do país. Embora seja difícil mensurar o peso da agropecuária sobre a estrutura do emprego na região – em função do caráter majoritariamente informal dessas atividades –, é sintomático o dado de que atualmente o Oeste concentra cerca de 40% de todos os VFT do setor agropecuário em Santa Catarina.

De início, registra-se que a participação do setor que abrange a agropecuária na composição setorial da região era de 7,01% em 2001, caindo para 4,53% em 2017, devido às suas taxas de crescimento sempre abaixo da média regional (Tabela 12). De toda forma não é nesse setor que ficam mais evidentes os efeitos da estrutura produtiva

da região, senão na indústria de transformação, que engloba ramos agroindustriais que ocupam grande número de trabalhadores formalizados.

Ainda que de forma menos intensa do que no resto do estado, no Oeste a indústria de transformação também perdeu em participação no agregado setorial de 2001 a 2014, sobretudo em consequência do mau desempenho da indústria madeireira, que ajudou a comprimir a taxa de crescimento dos VFT do setor para a ordem dos 4,14% ao ano. A diferença é que a partir de 2015 a indústria da região não apresentou grande contração no emprego formal, mas na verdade um crescimento em seu estoque de VFT de 2014 a 2017, com destaque para a ampliação de 4,5 mil VFT no subsetor da indústria de alimentos e bebidas nesse período. À vista disso, em 2017 a indústria de transformação ocupou 34,6% dos VFT do Oeste Catarinense.

Tabela 12 – Distribuição dos VFT por setor de atividade econômica (Oeste Catarinense, anos selecionados)

		<i>Extrativa mineral</i>	<i>Indústria de transf.</i>	<i>SIUP</i>	<i>Construção Civil</i>	<i>Comércio</i>	<i>Serviços</i>	<i>Adm. Pública</i>	<i>Agropecuária, extração...</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	242	70.405	1.825	8.747	33.583	42.406	19.375	13.307	<b>189.890</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,13	37,08	0,96	4,61	17,69	22,33	10,20	7,01	<b>100</b>
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	502	127.842	3.609	17.471	75.258	98.254	38.486	18.124	<b>379.546</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,13	33,68	0,95	4,60	19,83	25,89	10,14	4,78	<b>100</b>
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	516	126.038	3.512	15.497	73.568	98.892	37.893	17.694	373.610
	<i>Rel. (%)</i>	0,14	33,74	0,94	4,15	19,69	26,47	10,14	4,74	<b>100</b>
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	473	124.352	3.457	13.967	73.128	98.253	35.022	17.463	366.115
	<i>Rel. (%)</i>	0,13	33,97	0,94	3,81	19,97	26,84	9,57	4,77	<b>100</b>
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	408	129.371	3.275	13.680	73.690	98.484	38.305	16.935	374.148
	<i>Rel. (%)</i>	0,11	34,58	0,88	3,66	19,70	26,32	10,24	4,53	<b>100</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>6,79</b>	<b>4,14</b>	<b>4,57</b>	<b>8,12</b>	<b>6,27</b>	<b>6,84</b>	<b>4,43</b>	<b>1,58</b>	<b>5,25</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>-7,09</b>	<b>0,22</b>	<b>-3,07</b>	<b>-8,38</b>	<b>-0,69</b>	<b>0,01</b>	<b>-0,93</b>	<b>-2,17</b>	<b>4,1</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Também expressivos na região, os serviços foram o setor que mais cresceu em participação de 2001 a 2017 (+4%), em virtude de suas taxas de crescimento anuais de 6,85% de até 2014 e 0,01% depois disso. Comportamento semelhante foi apresentado pelo comércio, que apesar de apresentar de ter fechado postos de trabalho em 2015 e se estagnado depois disso, concentrou 19,7% VFT da região no último ano da série.

O estoque da administração pública, por sua vez, cresceu a 4,43% ao ano de 2001 a 2014, todavia o Oeste foi a região que mais encerrou VFT nesse setor em 2015 e 2016 (-3,6 mil), o que levou à sua retração anual na ordem de -0,93% até 2017, embora neste último ano tenha havido uma retomada dos empregos no setor público.

Dentre os setores menos expressivos, têm-se a construção civil, cujo crescimento na ordem dos 8,12% ao ano até 2014, a rigor não representou grande evolução em termos

relativos. Seu decréscimo em módulo ainda mais acelerado a partir de 2015, no entanto, fez com que o ramo perdesse quase 1% de participação até 2017. Ainda menos significativos, por fim, os SIUP e a extrativa mineral mantiveram suas participações praticamente inalteradas até 2016, decaindo, contudo, em 2017.

Adentrando à distribuição dos VFT por sexo (Tabela 13), nota-se que a proporção feminina do emprego cresceu no Oeste de 2001 a 2016, apresentando leve retração apenas em 2017. Em razão de que as taxas de crescimento do estoque feminino de VFT foram frequentemente maiores do que as do masculino, a participação das mulheres no montante de VFT da região saltou de 35,11% em 2001, para 44,04% no último ano da série. Em 2017, portanto, 55,96% dos VFT da região ainda eram ocupados por homens.

Tabela 13 – Distribuição dos VFT por sexo (Oeste Catarinense, anos selecionados)

		<i>Masculino</i>	<i>% Masc.</i>	<i>Feminino</i>	<i>% Femin.</i>	<i>Total</i>
	<b>2001</b>	123.226	64,89	66.664	35,11	<b>189.890</b>
	<b>2014</b>	212.392	55,96	167.154	44,04	<b>379.546</b>
	<b>2015</b>	208.873	55,91	164.737	44,09	<b>373.610</b>
	<b>2016</b>	204.553	55,87	161.562	44,13	<b>366.115</b>
	<b>2017</b>	209.355	55,96	164.793	44,04	<b>374.148</b>
<b>Taxa a.a.</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>4,17</b>	-	<b>6,87</b>	-	<b>5,25</b>
<b>(%)</b>	<i>(2014-2017)</i>	<b>-0,64</b>	-	<b>-0,62</b>	-	<b>-0,63</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Quanto à evolução das faixas de remuneração, o Oeste foi a região do estado onde a faixa de remuneração que vai de 2,01 a 3 SM mais perdeu em participação entre 2001 e 2014, período em que essa fração cresceu a módicos 3,01% ao ano. Mesmo que tenha apresentado volumoso crescimento em 2017, ao final da série essa faixa abrangia modestos 23,83% do total dos VFT. Embora não tenha apresentado tamanha perda relativa até 2014, a faixa entre 3,01 e 5 SM apresenta comportamento semelhante, com encerramento, com o encerramento de grande número de VFT especialmente em 2016, mas retomada em 2017, conforme pode ser visto na Tabela 14.

A incorporação dos postos de trabalho perdidos, por outro lado, se deu majoritariamente na faixa entre 1,01 e 2 SM, que ampliou sua participação em 11,55% ao longo da série, com crescimento particularmente expressivo (6,92% ao ano) em seu estoque de VFT entre 2001 e 2014.

Aproveitando-se de uma superpopulação relativa latente a ser incorporada ao mercado formal de trabalho, o pauperismo expresso nos salários das ocupações formais no Oeste é comparável somente com a região Serrana. Do total dos VFT da região, em

2017 apenas 17,6% recebiam mais que 3 SM, quase 5% eram pagos com até 1 SM e mais da metade (53,86%, para ser exato) eram remunerados com 1,01 a 2 SM.

Tabela 14 – Distribuição dos VFT por faixa de remuneração (Oeste Catarinense, anos selecionados)

		Até 0,5 SM	0,5 a 1 SM	1,01 a 2 SM	2,01 a 3 SM	3,01 a 5 SM	5,01 a 10 SM	10,01 a 20 SM	Mais de 20 SM	Total
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	598	7.200	80.239	54.295	27.443	13.716	4.545	1.619	<b>189.655</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,32	3,80	42,31	28,63	14,47	7,23	2,40	0,85	<b>100</b>
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	1.784	15.571	197.460	87.673	42.817	17.646	4.237	719	<b>367.907</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,48	4,23	53,67	23,83	11,64	4,80	1,15	0,20	<b>100</b>
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	1.668	14.861	189.681	89.229	43.425	17.844	4.228	710	<b>361.646</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,46	4,11	52,45	24,67	12,01	4,93	1,17	0,20	<b>100</b>
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	1.727	15.044	192.486	84.196	40.231	16.217	4.077	628	<b>354.606</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,49	4,24	54,28	23,74	11,35	4,57	1,15	0,18	<b>100</b>
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	1.680	15.407	195.897	86.663	42.450	16.870	4.164	605	<b>363.736</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,46	4,24	53,86	23,83	11,67	4,64	1,14	0,17	<b>100</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>7,8</b>	<b>5,62</b>	<b>6,92</b>	<b>3,01</b>	<b>2,98</b>	<b>1,42</b>	<b>-1,71</b>	<b>-7,81</b>	<b>5,25</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>-1,45</b>	<b>-0,20</b>	<b>-0,09</b>	<b>-0,93</b>	<b>-1,02</b>	<b>-2,31</b>	<b>-0,89</b>	<b>-6,41</b>	<b>-0,63</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Nota: Dados da tabela desconsideram vínculos cujas faixas de renda não foram declaradas na RAIS.

### 3.5 Mesorregião do Sul Catarinense

Apesar da influência histórica das atividades de extração mineral no crescimento do Sul Catarinense, o que chama a atenção na região atualmente é a alta concentração do emprego no comércio (Tabela 15), além de uma expressiva indústria de transformação, dinamizada por segmentos como o cerâmico, plástico e têxtil.

A indústria de transformação da região, por falar nisso, apresentou um comportamento distinto do resto do estado tanto antes, quanto depois da crise. Liderada pela expansão do segmento de alimentos e bebidas, no corte 2001-2014 a indústria de transformação cresceu 4,87% ao ano, apresentando um desempenho pior que a média agregada da região, mas melhor que a média estadual do setor para o mesmo período.

A partir de 2015, entretanto, essa lógica foi invertida, de modo que o mau desempenho das indústrias química (fabricação de plásticos à frente) e têxtil puxaram a taxa de crescimento do setor para -2,86% ao ano, levando o Sul a um fechamento contínuo de VTF que – ao contrário do que ocorreu na maioria das demais regiões – não cessou sequer em 2017. Esse movimento fez a participação do setor cair de 35,06% em

2001, para 32,21% em 2017, todavia não tirou a indústria de transformação do posto de principal concentradora de VFT na região.

Tabela 15 – Distribuição dos VFT por setor de atividade econômica (Sul Catarinense, anos selecionados)

		<i>Extrativa mineral</i>	<i>Indústria de transf.</i>	<i>SIUP</i>	<i>Construção Civil</i>	<i>Comércio</i>	<i>Serviços</i>	<i>Adm. Pública</i>	<i>Agropecuária, extração...</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	3.487	51.210	2.371	6.779	27.985	34.884	16.527	2.812	<b>146.055</b>
	<i>Rel. (%)</i>	2,39	35,06	1,62	4,64	19,16	23,88	11,32	1,93	<b>100</b>
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	4.901	94.491	2.671	13.026	65.187	71.866	24.995	2.533	<b>279.670</b>
	<i>Rel. (%)</i>	1,75	33,79	0,96	4,66	23,31	25,7	8,94	0,91	<b>100</b>
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	3.927	90.529	2.981	11.836	63.819	72.506	25.751	2.683	<b>274.032</b>
	<i>Rel. (%)</i>	1,43	33,04	1,09	4,32	23,29	26,46	9,40	0,98	<b>100</b>
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	3.769	87.428	2.926	10.602	63.926	72.549	24.050	2.703	<b>267.953</b>
	<i>Rel. (%)</i>	1,41	32,63	1,09	3,96	23,86	27,08	8,98	1,01	<b>100</b>
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	3.655	86.914	3.033	9.835	64.339	74.176	25.418	2.464	<b>269.834</b>
	<i>Rel. (%)</i>	1,35	32,21	1,12	3,64	23,84	27,49	9,42	0,91	<b>100</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>2,59</b>	<b>4,87</b>	<b>0,53</b>	<b>5,79</b>	<b>6,62</b>	<b>5,87</b>	<b>4,15</b>	<b>-2,37</b>	<b>5,25</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>-9,21</b>	<b>-2,86</b>	<b>3,63</b>	<b>-9,53</b>	<b>-0,38</b>	<b>0,96</b>	<b>-0,18</b>	<b>-0,75</b>	<b>-1,30</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Comandado pelo avanço do subsetor de transportes (proeminente na região portuária de Imbituba), os serviços ganharam em participação na distribuição setorial ao longo de toda a série, ampliando seu estoque de VFT a 5,87% ao ano até 2014, além de apresentar saldo positivo mesmo nos anos que se seguiram. Com maior sensibilidade imediata a recessões econômicas, o comércio apresentou desempenho ainda melhor de 2001 a 2014 (expansão de 6,62% ao ano), mas também foi mais afetado pela crise, decrescendo na ordem de -0,38% ao ano no período posterior. Com isso, em 2017 o comércio já ocupava 23,84% e os serviços 27,49% dos VFT da região.

A administração pública, a seu turno, cresceu 4,15% ao no intervalo 2001-2014, com queda relativa na ordem dos 1,9%. Após esse período, o setor chegou a apresentar saldo negativo em 2016, mas recuperou-se no último ano da série, ano em que gerou 1,4 mil VFT, passando a abranger 9,42% do agregado regional.

Apesar de ainda concentrar mais da metade dos VFT estaduais deste setor, a extrativa mineral segue perdendo em participação no Sul Catarinense. Com estoque semelhante ao registrado no início da série – quando sua participação no agregado ainda era de 2,39% –, em 2017 o setor representou apenas 1,35% do total dos VFT da região.

Ainda menos expressiva para a dinâmica do emprego formal, a agricultura fechou vagas ao longo de toda a série, chegando a 2017 como 0,91% do agregado. Sua participação, aliás, passou a ser menor até que a dos SIUP, que apresentou saldo positivo em a partir de 2015, chegando ao final da série com participação de 1,12%.

Com o comércio varejista puxando a geração de empregos formais, a região também observou grandes mudanças na distribuição do emprego entre homens e mulheres. De acordo com os dados da Tabela 16, entre 2001 e 2016 o número de VFT ocupados por mulheres no Sul Catarinense saltou de quase 55 mil, para aproximadamente 121 mil, elevando a proporção dos empregos femininos de 37,59%, para 45,05%.

Acompanhando a desaceleração do comércio, a participação feminina voltou a cair em 2017, quando foram incorporados 1.706 homens, mas apenas 175 mulheres ao mercado formal de trabalho da região. Com isso a participação masculina subiu para 55,2%, e a feminina caiu para 44,8%.

Tabela 16 – Distribuição dos VFT por sexo (Sul Catarinense, anos selecionados)

		<i>Masculino</i>	<i>% Masc.</i>	<i>Feminino</i>	<i>% Femin.</i>	<i>Total</i>
	<b>2001</b>	91.147	62,41	54.908	37,59	<b>146.055</b>
	<b>2014</b>	156.711	56,03	122.959	43,97	<b>279.670</b>
	<b>2015</b>	151.953	55,45	122.079	44,55	<b>274.032</b>
	<b>2016</b>	147.242	54,95	120.711	45,05	<b>267.953</b>
	<b>2017</b>	148.948	55,20	120.886	44,80	<b>269.834</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>4,40</b>	-	<b>6,47</b>	-	<b>5,25</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>-1,84</b>	-	<b>-0,62</b>	-	<b>-1,30</b>

Fonte: RAIS (2018); Elaboração própria.

Tal qual ocorreu nas demais mesorregiões, no Sul também houve uma concentração dos VFT nas menores faixas salariais, em especial na que vai de 1,01 a 2 SM, cuja participação se elevou de 42,51%, para 54,93% ao longo da série (Tabela 17).

A faixa com maior perda relativa, em contrapartida, foi a que abrange os VFT com remunerações entre 3,01 e 5 SM, cuja participação variou -5,1% de 2001 a 2017, seguida pelos postos com remunerações entre 5,01 e 10 SM, que no mesmo período apresentaram retração de -4,1% no total dos VFT.

A peculiaridade da dinâmica da renda no Sul, por fim, ficou por conta da fração entre 2,01 e 3 SM, que aqui variou de forma menos negativa no período analisado. Sem embargo, essa faixa também perdeu espaço na composição da renda, deixando a marca dos 24,55% que registrava em 2001, para abranger 23,06% dos VFT da região em 2017.

Tabela 17 – Distribuição dos VFT por faixa de remuneração (Sul Catarinense, anos selecionados)

		Até 0,5 SM	0,5 a 1 SM	1,01 a 2 SM	2,01 a 3 SM	3,01 a 5 SM	5,01 a 10 SM	10,01 a 20 SM	Mais de 20 SM	Total
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	159	4.283	62.004	35.804	25.222	13.113	4.015	1.257	<b>145.857</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,11	2,94	42,51	24,55	17,29	8,99	2,75	0,86	<b>100</b>
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	642	8.146	145.911	64.748	34.334	14.245	3.272	500	<b>271.798</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,24	3,00	53,68	23,82	12,63	5,24	1,20	0,18	<b>100</b>
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	595	8.162	140.827	64.286	34.290	14.329	3.209	435	<b>266.133</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,22	3,07	52,92	24,16	12,88	5,38	1,21	0,16	<b>100</b>
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	583	8.601	142.709	60.262	31.744	13.014	2.726	344	<b>259.983</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,22	3,31	54,89	23,18	12,21	5,01	1,05	0,13	<b>100</b>
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	647	9.264	144.204	60.544	31.946	12.791	2.818	302	<b>262.516</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,25	3,53	54,93	23,06	12,17	4,87	1,07	0,12	<b>100</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>9,96</b>	<b>4,38</b>	<b>7,19</b>	<b>4,07</b>	<b>2,23</b>	<b>0,20</b>	<b>-2,65</b>	<b>-9,53</b>	<b>5,25</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>0,03</b>	<b>4,38</b>	<b>-0,22</b>	<b>-2,66</b>	<b>-2,93</b>	<b>-4,19</b>	<b>-6,11</b>	<b>-17,47</b>	<b>-1,30</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Nota: Dados da tabela desconsideram vínculos cujas faixas de renda não foram declaradas na RAIS.

### 3.6 Mesorregião Serrana

Historicamente estruturada em base latifundiária, a mesorregião Serrana é a área mais pauperizada do estado, apresentando-se como principal polo expulsor de mão-de-obra no processo de concentração espacial da força de trabalho. Quanto à distribuição do emprego formal, logo, essa é a região catarinense com a maior participação interna do setor agropecuário, porém menores parcelas de ocupados na indústria de transformação.

Apesar disso, em 2001 a indústria de transformação ainda concentrava a maior parte dos VFT da região (27,2%), seguida pelos serviços (24,56%). Desde o início da série até 2014, todavia, a Serrana apresentou o pior desempenho da indústria de transformação na geração de empregos formais (2,7% ao ano) dentre todas as mesorregiões do estado, o que resultou na inversão dessa ordem, ainda que a taxa de crescimento dos VFT nos serviços (3,48% ao ano) no mesmo período não tenha sido tão pujante (Tabela 18).

Essa tendência se agudizou, na verdade, após a crise, visto que o setor de serviços seguiu ampliando seu estoque de VFT (1,38% ao ano) também no corte 2014-2017, enquanto a indústria de transformação, ao contrário, teve seu volume de VTF retraído à taxa de -1,68% ao ano, sobretudo em razão do elevado número de desligamentos nos

segmentos madeireiro e de papel e celulose no último ano da série. Isso posto, em 2017 os serviços concentraram 26,48%, e a indústria 23,3% do total dos VFT.

Com essa deixa, o comércio ganhou 5,13% de participação no agregado ao longo de toda a série, o que ocorreu a despeito da variação de -1,41% registrada para o estoque de empregos no setor de 2014 a 2017, período em que seu saldo foi de -875 VFT.

Tabela 18 – Distribuição dos VFT por setor de atividade econômica (Serrana, anos selecionados)

		<i>Extrativa mineral</i>	<i>Indústria de transf.</i>	<i>SIUP</i>	<i>Construção Civil</i>	<i>Comércio</i>	<i>Serviços</i>	<i>Adm. Pública</i>	<i>Agropecuária, extração...</i>	<i>Total</i>
<b>2001</b>	<i>Abs.</i>	68	16.111	656	2.274	9.932	14.484	8.119	7.578	<b>59.222</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,11	27,20	1,11	3,84	16,77	24,46	13,71	12,80	<b>100</b>
<b>2014</b>	<i>Abs.</i>	140	24.049	711	4.166	22.388	24.652	14.570	9.679	<b>100.355</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,14	23,96	0,71	4,15	22,31	24,56	14,52	9,64	<b>100</b>
<b>2015</b>	<i>Abs.</i>	143	24.478	729	3.825	22.037	25.209	14.243	9.113	<b>99.777</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,14	24,53	0,73	3,83	22,09	25,27	14,27	9,13	<b>100</b>
<b>2016</b>	<i>Abs.</i>	153	23.971	660	2.811	21.563	24.612	13.385	9.154	<b>96.309</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,16	24,89	0,69	2,92	22,39	25,56	13,90	9,50	<b>100</b>
<b>2017</b>	<i>Abs.</i>	147	22.897	734	2.682	21.513	26.017	14.144	10.120	<b>98.254</b>
	<i>Rel. (%)</i>	0,15	23,30	0,75	2,73	21,90	26,48	14,40	10,30	<b>100</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>5,88</b>	<b>2,70</b>	<b>0,14</b>	<b>5,63</b>	<b>6,08</b>	<b>3,48</b>	<b>4,46</b>	<b>1,16</b>	<b>3,71</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>2,14</b>	<b>-1,68</b>	<b>-0,04</b>	<b>-16,29</b>	<b>-1,41</b>	<b>1,38</b>	<b>-1,51</b>	<b>1,38</b>	<b>-0,99</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

O crescimento do estoque de VFT na agropecuária, por sua vez, foi de apenas 1,16% ao ano entre 2001 a 2014, o que representou uma perda relativa de -2,5% no agregado. Ao contrário do que ocorreu em todas as demais regiões do estado, porém, o setor continuou abrindo vagas a partir de 2015, atingindo 10,3% dos VTF da região em 2017.

Demonstrando a dependência de dinâmicas exógenas para a geração de empregos na região, o estoque de empregos formais da construção civil cresceu 5,63% ao ano até 2014, mas -16,29% ao ano no período posterior. Com isso, em 2017 a construção civil representava meros 2,73% na distribuição setorial dos VFT.

A administração pública, por sua vez, comportou-se de forma semelhante à média estadual, variando seu volume de VFT a 4,46% ao ano até 2014, e a -1,51% ao ano após esse ano, sem apresentar, com efeito, grandes mudanças em termos de sua participação no agregado, que em 2017 foi de 14,4%. Os SIUP e a extrativa mineral, por fim, seguem

praticamente irrelevantes à dinâmica do emprego formal na região, visto que, somados, esses dois setores representaram apenas 881 VFT (0,9% do total) ao final da série.

Demonstrando seus profundos problemas sociais, a Serrana é a região do estado com a menor participação feminina no mercado formal de trabalho, de modo que em 2001 a distribuição da região era de 30,34% dos VFT para mulheres, e 69,66% para homens (Tabela 19).

Tabela 19 – Distribuição dos VFT por sexo (Serrana, anos selecionados)

		<i>Masculino</i>	<i>% Masc.</i>	<i>Feminino</i>	<i>% Femin.</i>	<i>Total</i>
	<b>2001</b>	41.254	69,66	17.968	30,34	<b>59.222</b>
	<b>2014</b>	58.532	58,32	41.823	41,68	<b>100.355</b>
	<b>2015</b>	58.019	58,15	41.758	41,85	<b>99.777</b>
	<b>2016</b>	55.812	57,95	40.497	42,05	<b>96.309</b>
	<b>2017</b>	57.043	58,06	41.211	41,94	<b>98.254</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	<i>(2001-2014)</i>	<b>2,27</b>	-	<b>6,26</b>	-	<b>3,71</b>
	<i>(2014-2017)</i>	<b>-1,16</b>	-	<b>-0,75</b>	-	<b>-0,99</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Ainda que o crescimento anual de 6,26% no estoque de VFT femininos até 2014 tenha colaborado para reduzir a disparidade entre os sexos, a participação das mulheres permanece muito baixa na região. Com o encolhimento dos subsetores de comércio varejista e de alojamento e alimentação em 2017, aliás, a participação das mulheres voltou a diminuir, fazendo com que ao final da série elas fossem 41,95% do total dos VFT.

Os dados da Tabela 20 são relativos à evolução das faixas salariais. A partir deles, nota-se uma gradual concentração dos VFT na faixa de remuneração entre 1,01 e 2 SM e, em menor grau, nas que vão até 1 SM, sendo essas as únicas frações que apresentaram crescimento acima da média regional ao longo de toda a série. Com crescimento anual de 4,66% até 2014, e 2,13% após esse ano, a fração entre 1,01 a 2 SM, por sinal, chegou a abranger 60,01% de todos os VFT da região em 2017.

Por outro lado, a maior perda relativa entre 2001 e 2017 ficou por conta da faixa que vai de 3,01 a 5 SM (-3,75%), seguida pelos VFT remunerados entre 5,01 e 10 SM (-3,41%) e entre 2,01 e 3 SM (-2,11%). Com isso, ao final da série somente 16% dos VFT da região Serrana recebiam mais de 3 SM. De modo complementar, por fim, vale notar que em 2017 a região concentrou 84% de todos seus VFT nas faixas de até 3 SM, proporção que não é tão elevada, diga-se de passagem, em nenhuma outra mesorregião do estado.

Tabela 20 – Distribuição dos VFT por faixa de remuneração (Serrana, anos selecionados)

		Até 0,5 SM	0,51 a 1 SM	1,01 a 2 SM	2,01 a 3 SM	3,01 a 5 SM	5,01 a 10 SM	10,01 a 20 SM	Mais de 20 SM	Total
<b>2001</b>	Abs.	321	2.412	29.041	12.452	8.413	4.684	1.414	422	<b>59.159</b>
	Rel. (%)	0,54	4,08	49,09	21,05	14,22	7,92	2,39	0,71	<b>100</b>
<b>2014</b>	Abs.	368	4.262	57.481	18.440	10.350	4.669	1.040	167	<b>96.777</b>
	Rel. (%)	0,38	4,40	59,40	19,05	10,69	4,82	1,07	0,17	<b>100</b>
<b>2015</b>	Abs.	339	4.104	55.821	18.937	10.839	4.731	1.011	152	<b>95.934</b>
	Rel. (%)	0,35	4,28	58,19	19,74	11,3	4,93	1,05	0,16	<b>100</b>
<b>2016</b>	Abs.	329	4.475	55.902	17.184	9.571	4.097	881	111	<b>92.550</b>
	Rel. (%)	0,36	4,84	60,4	18,57	10,34	4,43	0,95	0,12	<b>100</b>
<b>2017</b>	Abs.	362	4.446	56.822	17.939	9.911	4.268	844	102	<b>94.694</b>
	Rel. (%)	0,38	4,7	60,01	18,94	10,47	4,51	0,89	0,11	<b>100</b>
<b>Taxa a.a. (%)</b>	(2001-2014)	<b>2,24</b>	<b>4,66</b>	<b>4,86</b>	<b>2,22</b>	<b>1,16</b>	<b>-0,93</b>	<b>-4,00</b>	<b>-9,17</b>	<b>3,71</b>
	(2014-2017)	<b>-0,79</b>	<b>2,13</b>	<b>-0,33</b>	<b>-1,80</b>	<b>-2,54</b>	<b>-4,13</b>	<b>-7,64</b>	<b>-17,93</b>	<b>-0,99</b>

FONTE: RAIS (2018); Elaboração própria.

Nota: Dados da tabela desconsideram vínculos cujas faixas de renda não foram declaradas na RAIS.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período anterior à crise econômica (2001-2014), o crescimento do emprego formal foi generalizado, com destaque para as mesorregiões do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis, concentradoras da maior parte do comércio, dos serviços e da construção civil do estado, setores com alto desempenho durante o crescimento da economia nacional no referido período. Composto por setores produtivos que perderam espaço com a continuidade do processo de desindustrialização, o Norte Catarinense também ampliou seu estoque de vínculos formais, porém reduzindo sua participação no agregado estadual.

A crise que se consolidou em 2015 provocou uma retração generalizada do emprego formal na economia catarinense, acelerando a contração do Norte e freando o crescimento relativo da Grande Florianópolis. A retomada do emprego em 2017, por sua vez, foi bastante distinta entre as diversas mesorregiões, tendo sido mais intensa no Vale do Itajaí, no Norte e no Oeste, todas puxadas por setores especializados – agroindústrias, comércio atacadista e indústrias elétrica e química, respectivamente – e com grande dependência do mercado externo.

No tocante à renda, observou-se uma concentração do emprego formal nas menores faixas de remuneração em todas as mesorregiões, mas especialmente naquelas onde os salários eram tradicionalmente mais elevados, como nos casos do Norte e da

Grande Florianópolis. Se esse movimento já era preocupante no período de valorização real do salário mínimo até 2014, não restam dúvidas de que a combinação entre a aceleração da aglutinação dos vínculos formais nas faixas de até 3 SM e a queda do salário mínimo real significam uma grande deterioração das condições de vida dos trabalhadores formalmente ocupados entre 2015 e 2017. Em que pese esse nivelamento por baixo, a disparidade de renda no estado segue alta, com ênfase aos casos da região Serrana e do Oeste, onde 94,5% e 94,1% dos trabalhadores formalmente empregados, respectivamente, recebiam até 5 SM em 2017.

Quanto à distribuição do emprego formal por sexo, sobretudo a formalização de grande volume de postos de trabalho no comércio permitiu o incremento da participação feminina em todas as mesorregiões até 2016, o que é tanto mais visível quanto maior a participação do comércio varejista – bem como dos subsetores de indústria têxtil e alojamento e alimentação, em menor escala – na composição setorial da região. Sem sequer adentrar à questão da desigualdade nas remunerações e na qualidade do emprego entre os sexos, o fato de que a participação feminina no agregado dos VFT retrai-se em 2017 já indica os claros limites dessa forma de incorporação.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BALTAR, Paulo. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. **Estudos Avançados**. v. 28, n. 81, mai/ago 2014.
- BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013.
- CRAICE, C.; PEZZO, T. A dinâmica demográfica de Santa Catarina no período pós-1991. In: **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 38-54, jan-jun 2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**, 2018. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2018.
- MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Panorama do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018. In: **XXIV Encontro Nacional de Economia Política**, 2019, Vitória/ES. Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia Política. Niterói/RJ: SEP, 2019. Disponível em: <sep.org.br/anais/2019/Sesoes-Ordinarias/Sessao4.Mesas31\_40/Mesa35/352.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- MATTEI, L.; LINS, H. N. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **A socioeconomia**

**catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI.** Chapecó/SC: Argos, 2010, p. 109-155.

MATTEI, L.; RODOLFO, F.; TEIXEIRA, F. W. Economia catarinense: Crescimento com desigualdades e concentração regional e setorial. In: **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 8-17, jan-jun 2012.

MIOTO, Beatriz Tamaso. **Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005).** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. **Programa de disseminação das estatísticas do trabalho**, 2018. Disponível em: <bi.mte.gov.br/bgcaged/RAIS.php>. Acesso em: 28 set. 2018.